

sindicato nacional dos quadros e técnicos bancários

# news snqtb



SINDICATO NACIONAL DOS  
QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS

# 61

julho 2021

**13 de  
julho de  
2021:**  
um dia para  
a história da  
banca em  
Portugal.



# — Grande manifestação de 13 de julho de 2021 —

Trabalhadores bancários de todo o país, ativos e reformados, das sete estruturas sindicais, marcaram presença em protesto numa manifestação histórica junto à Assembleia da República. Uma moldura humana bastante audível e que, a meio da tarde, contou com a presença de alguns deputados de diferentes forças políticas que vieram escutar, na primeira pessoa, os motivos de revolta e de insatisfação dos bancários. Nas páginas seguintes, apresentamos algumas fotografias dos presentes.



À esquerda,  
**Mário Martins**,  
Coordenador Geral  
Norte das Delegações  
e Comissões Sindicais.



À direita,  
**João Soares**,  
Coordenador da  
Delegação de Viseu.



Acima, **Fernando Fonseca**, presidente do SIB, acompanhado pelo presidente do SNQTB, **Paulo Gonçalves Marcos**.



À direita, vista geral dos cerca de **1 000 bancários** que se manifestaram em frente à Assembleia da República.



## um dia que ficará na história da



Acima, **Salvador Pereira**,  
Coordenador Geral Sul das  
Delegações e Comissões Sindicais.



Acima, **Paulo Gonçalves Marcos**, presidente do SNQTB, a prestar declarações à Lusa.



Acima, **Alberto Rocha**, Coordenador da Delegação de Braga.



# 13 julho 2021

# banca em Portugal.



Acima, o presidente do SNQTB, **Paulo Gonçalves Marcos**, após discurso de encerramento da manifestação.



À esquerda, **Mário Mourão**, presidente do SBN.



À direita, de costas, **Luis Cardoso Botelho**, vice-presidente do SNQTB.



Acima, da esquerda para a direita, o presidente do SNQTB, **Paulo Gonçalves Marcos**, presta declarações à RTP, Antena 1 e CM/CMTV.



## **O MASSACRE TEM DE PARAR!**



**Tiago Teixeira**  
Diretor Nacional,  
Pelouros Marketing  
e Comunicação

Julgo ser relativamente consensual dizer que, até há relativamente pouco tempo, era impensável que uma manifestação na banca fosse decretada e contasse com a participação de todos, literalmente todos, os sindicatos do setor. Devo dizer que não me lembro de algo semelhante nas últimas três décadas, o que ilustra bem a importância dos acontecimentos deste mês.

Por isso, este número da sua newsletter é inteiramente dedicado à grande manifestação que decorreu em frente à Assembleia da República, e na qual participaram cerca de mil bancários, sócios do SNQTB, Mais Sindicato, SBN, SIB, SBC, STEC e SinTAF.

Nesta manifestação inédita, com a sua presença, bancários oriundos de todo o país fizeram história. A todos, o nosso sentido obrigado. Afinal, os sindicatos são tanto mais fortes quanto maior for a mobilização dos seus sócios.

Esta mobilização, convém lembrar, é fruto dos processos de reestruturação agressiva, a que importa pôr fim. De forma muito concentrada no tempo, milhares de bancários estão a ser confrontados com propostas de RMA e de reformas antecipadas, em muitos casos gorando as expectativas de uma vida de trabalho. Decisões dos bancos ditadas estritamente por motivações de índole financeira, ignorando o contexto de pandemia ou a responsabilidade social, numa altura em que, por sinal, os níveis de rentabilidade são muito confortáveis. Na prática, não há nenhum motivo que justifique esta violência e o sofrimento que está a gerar.

Por isso, assistimos a esta convergência histórica entre os sete sindicatos, respeitando o ADN de cada um, na defesa dos direitos dos bancários. É uma convergência que saudamos. Contudo, importa garantir que o sucedido não foi um fenómeno irrepetível. É preciso, pois, continuar e fortalecer o caminho da convergência plural. Os bancários agradecem e certamente que exigem que assim seja.

O SNQTB assumirá as suas responsabilidades. Da nossa parte, importa lembrar que temos defendido ao longo dos últimos anos a convergência para uma plataforma negocial única em defesa dos bancários. Uma convergência negocial junto das instituições de crédito, na discussão das tabelas salariais e de pensões de reforma, bem como das cláusulas de expressão pecuniária, mas também no protesto, seja na organização de manifestações, ou até, quem sabe, numa potencial greve.

Urge, por isso, saber cultivar o que agrega as sete estruturas sindicais, respeitando em simultâneo o ADN de cada uma delas.

Os nossos sócios podem continuar a contar com o SNQTB na defesa dos seus direitos!

## snqtb - vídeos

Entrevista ao presidente do SNQTB, Paulo Gonçalves Marcos, ao programa "Tudo é Economia" (RTP3).



Para ver a entrevista  
aceda através do QR code.



Breve reportagem da manifestação de 13 de julho.



Para ver o vídeo aceda  
através do QR code.



Intervenção do presidente do SNQTB, Paulo Gonçalves Marcos, no encerramento da grande manifestação.



Para ver o vídeo aceda  
através do QR code.



**Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários**  
Rua Pinheiro Chagas, 6  
1050-177 Lisboa

Diretor da Newsletter: Tiago Teixeira.  
Edição, Redação e Design: SNQTB.  
Impressão e Acabamento: Portofolio Lda.  
Periodicidade: Mensal.  
Tiragem: 22 000 exemplares.



**213 581 800**



sams.quadros@snqtb.pt

**213 581 888**

assistência médica  
domiciliária e aconselhamento  
médico telefónico



instagram



facebook



linkedin



youtube



website





**Paulo Gonçalves Marcos**  
Presidente da Direção do SNQTB

## Requalificar para antecipar

A culminar um conjunto de iniciativas do SNQTB – plenários de auscultação aos sócios e sessões de esclarecimento; presença na comunicação social; newsletter; audiências e exposições fundamentadas ao poder político executivo e legislativo; manifestações em Coimbra, Porto e Lisboa –, o final da primeira quinzena de julho marcou uma nova era para os bancários, um dos esteios da denominada classe média.

Estes mesmos trabalhadores, confrontados com processos inéditos de reestruturação do Banco Santander Totta e Millennium bcp juntaram-se, numa concentração inédita de todos os sindicatos bancários, defronte da Assembleia da República. Porque mesmo as empresas privadas, tendo dimensão sistémica e efeitos multiplicadores sobre a economia portuguesa, podem ser alvo do interesse dos poderes públicos e políticos, numa lógica que as grandes empresas interessam aos seus acionistas, mas também aos seus trabalhadores, clientes, fornecedores e cidadãos que, no limite, podem vir a ser chamados, enquanto contribuintes, a pagar eventuais resgates.

Bancários vindos de todo o país, num dia de mobilização e repúdio. Uma mobilização inédita em Portugal, mostrando que, tal como os espanhóis, os bancários portugueses não se resignam.

Saudamos também os deputados do BE, PCP e PSD que se juntaram, em solidariedade, aos bancários. Com isso dignificando e prestigiando os representantes do Povo, o que os representados naturalmente agradecem.

E foi bonito de ver bancários de todas as idades, juntos, fazendo ouvir bem alto a sua indignação pela violência e rapidez com que estes processos de reestruturação estão a ser feitos. E a capacidade de mobilização dos sindicatos e das suas estruturas. E a presença de várias comissões de trabalhadores da banca. E de ver como os jovens bancários e os reformados acorreram, solidários, contra a chacina em curso sobre os seus colegas de faixas de idade intermédias. Uns e outros porque sabem que este ataque ao emprego é também um ataque aos seus sonhos de mobilidade profissional (e ao elevador social) e aos seus sistemas de assistência médica e social.

Nada justifica que um dos bancos queira reduzir 14% dos seus trabalhadores em pouco mais de dois meses e que outro se proponha reduzir cerca de um quarto da sua força laboral em onze meses. Nenhuma justificação económica, nenhum racional estratégico. Como tivemos a oportunidade de esclarecer os tele-espectadores do canal público na noite da manifestação, no programa "Tudo é Economia". E a Ministra do Trabalho. E os diversos grupos parlamentares.

Os processos de reestruturação têm que ser assumidos, ab initio, de forma que os sindicatos possam perceber o racional, os fundamentos, e que tipo de organização (e de funções e emprego) vão resultar desses processos. Ao negar o acesso e o conhecimento, atempado, aos sindicatos, torna-se impossível encontrar medidas de mitigação ou de questionar o racional (se é que existe) de tais processos de reestruturação.

O estafado argumento da digitalização não colhe, pois Portugal é um dos países da Europa onde a exclusão digital, a iliteracia financeira e digital são mais elevadas. Quase um em cada cinco portugueses é infoexcluído. Quase metade das empresas portuguesas não tem presença na Internet, e dos retalhistas que estão presentes, três quartos não integram a loja física com a loja digital. Vale a pena relembrar que as quatro tentativas de criar bancos exclusivamente digitais resultaram em operadores de nicho que para sobreviverem tiveram que abrir balcões em centros comerciais, e 'centros de investimento' nas principais artérias comerciais das grandes cidades portuguesas. Portanto, sobre a digitalização (que está entre nós há cerca de uma década) e sua (in)capacidade para servir de bode expiatório a esta tentativa de exterminar uma classe profissional, estamos conversados.

Também não colhe o argumento benevolente de alguns, de que há anos que não se deslocam a uma agência bancária. Talvez seja verdade, mas nisso a pandemia nada mudou e como cerca de metade da rede de balcões encerrou nos últimos doze anos, esses balcões transacionais também já foram encerrados.

Restam os balcões de proximidade, de aconselhamento, tanto mais relevantes pois com as moratórias, o crédito à habitação ao rubro, o crédito ao consumo em alta homóloga, os depósitos e outros recursos de clientes em máximos históricos, só uma conclusão é válida: nunca houve tanto trabalho como agora, nunca foi preciso tanto trabalho bancário!

Querer sobrecarregar os miangantes bancários, com o trabalho que deveria ser feito por bastantes mais, revela ganância. E esta espelha-se na total ausência de planeamento e preocupação com a requalificação dos trabalhadores bancários. Sabendo de antemão das necessidades, crescentes, de trabalhadores qualificados e certificados em áreas como planeamento e controlo, canais digitais, risco, inteligência artificial, data science, relacionamento especializado em particulares de alto rendimento (muitos deles expatriados ou não residentes habituais), o que têm feito os bancos que se afadigam em processos mal-amanhados de reestruturação? Muito pouco, apetece dizer.

Pois que não se iludam os néscios. Os trabalhadores agora dispensados serão, a breve trecho, substituídos por outros, com as qualificações acima. Como todos os bancos sabem há largos anos.

E não colhe igualmente o argumento de falta de recursos financeiros dos bancos, pois que as rescisões por mútuo acordo libertam recursos substanciais nos fundos de pensões, reduzindo as necessidades de contribuições dos bancos para os ditos fundos de benefício definido, num contexto de baixas taxas de juro. Libertando recursos dos bancos para o reforço dos fundos próprios. Ora o waiver do Banco Central Europeu quanto aos requisitos de capital, justificado pela pandemia, deveria ser usado em favor dos trabalhadores e da sua requalificação, num modelo de Estado Social que encontra respaldo nos países do Norte da Europa, mas não nesta lusa sociedade amorfa e alienada.

Por isso se torna importante visitar o Código do Trabalho. E dificultar a caducidade das convenções coletivas; permitir aos trabalhadores não ter que escolher entre a sujeição a um despedimento ilícito (a troco de uma rescisão 'amigável' e sua indemnização) ou o recurso à justiça (sempre morosa e sem direito a indemnização); e repor os valores das indemnizações legais para os valores pré-troika (pois, como é óbvio, não foram os trabalhadores que levaram a República à quase falência, e percebe-se mal que tenha que ter sido o trabalho a tornar-se mais barato).

Em suma, é nossa exigência, a par da cessação dos processos unilaterais e musculados, um Plano de Requalificação Estrutural dos trabalhadores da banca, financiado pela libertação dos valores supracitados dos fundos de pensões. Elementar.

A ganância não pode ser nunca o valor moral que nos norteia. Lutaremos, incansáveis, contra ela e seus intérpretes.